



NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA-CENTRO DE HUMANIDADES/UEPB: um espaço da memória institucional do TRT-13 (Tribunal Regional do Trabalho-13ª Região)

Francisco Fagundes de Paiva Neto
Universidade Estadual da Paraíba
chicofagundes@gmail.com

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo traçar algumas reflexões a partir da seguinte questão: como a memória institucional de um tribunal se configura em um arquivo e fomenta pesquisas e atividades de extensão reconstruindo as memórias sobre experiências de classe na Paraíba? Temos por escopo avaliar a importância do Núcleo de Documentação Histórica-CH/UEPB na produção historiográfica sobre a história social e do trabalho. Analisaremos a importância do arquivo do NDH-CH na consolidação de estudos e de pesquisas sobre identidades sociais, agência política e conflitos de classe. Em termos teóricos nos reportamos às contribuições de Halbwachs (1990) e (2004), Hussey (2000) e (2005), Pollack (1992), Wickham & Fentress (1992) e Amélia e Barros (2009). Em termos metodológicos, podemos elencar a realização de uma coleta de dados, através de fichas constando que os temas pesquisados dizem respeito às questões da justiça trabalhista, envolvendo demandas rurais e urbanas na área compreendida pelo TRT-13. Os autos findos apontam a mobilização de abertura de autos sobre situações de litígio trabalhistas nas cercanias de Guarabira/PB. Em termos conclusivos, podemos afirmar que o NDH-H/UEPB se torna um espaço de memória institucional do TRT-13, cuja razão de ser ganha uma maior legitimidade pela dimensão exploratória por pesquisas concluídas (ou em curso) por estudantes e egressos da UEPB. Essas pesquisas no campo da história do trabalho demonstram a possibilidade de análise das informações e a difusão do conhecimento, graças a uma base de dados em fase de alimentação e orientada por palavras-chaves dos autos-findos.

Palavras-chave: Arquivo. Memória institucional. História.

1 A GESTÃO DOCUMENTAL E AS PESQUISAS

Os processos de gestão documental no Núcleo de Documentação Histórica (NDH) ocorrem a partir de uma parceria do TRT-13 com a UEPB. Cabe ao TRT-13 a seleção e o descarte dos documentos conforme a **Lei Nº 8.159 (8 de janeiro de 1991), que se associa a Lei Nº 7.627 (10 de Novembro de 1987)**, facultando “aos Tribunais do Trabalho determinar a eliminação, por incineração, destruição mecânica ou por outro meio adequado, de autos findos há mais de 5 (cinco) anos, contando o prazo da data do arquivamento do processo”. Esse corpo de leis cria as condições para o descarte de documentos de forma legal, mas sem

contar com a avaliação de cientistas sociais, como historiadores e sociólogos, tornando o processo legal, mas de algum modo arbitrário e comprometedor de futuros estudos e pesquisas sobre a temática em questão. O caráter facultativo da lei, porém pode abrir uma possibilidade de ações de preservação, a partir de diálogos profissionais/institucionais. Essa questão faz parte da política do NDH-CH ao abrir as portas para o recebimento de mais 3 mil autos findos, a partir de uma conversação realizada entre os responsáveis pelo NDH e Normando Madeiro no primeiro semestre deste ano.

O técnico responsável pela função de seleção descarte na referida instância da justiça do trabalho na Paraíba é Raimundo Normando Madeiro Monteiro, que inclusive tem uma publicação¹ no sítio do tribunal com reflexões sobre essa prática institucional. Algumas dessas questões sobre as razões motivadoras da preservação seletiva e as reflexões das pesquisadoras Amélia e Barros (2009, p. 58):

Na verdade, esses lugares atuam como representações de fragmentos que mantêm, por artifícios, uma coletividade envolvida por transformações. Estabelecem relações de pertencimento a espaços que não são mais habitados, mas que tonificam a preservação do simbólico. Dessa forma, o que se tem posto é que a relação entre os acontecimentos vividos e a sua transmissão produz memória; e o arquivo, aqui, se apresenta como uma das formas de difundi-la, por meio do registro informacional presente em seus documentos. Nesse sentido, o arquivo é o lugar de memória para a pesquisa histórica. Concebido como *locus* interativo entre o pesquisador e o objeto, por meio da revisita e da equiparação das teorias existentes, o arquivo possibilita o progresso e a humanização destas teorias e, ao mesmo tempo, o cultivo do pensar crítico e criativo do pesquisador.

A relação da preservação documental e as visões teóricas, quanto às dimensões interpretativas decorrentes da prática da pesquisa histórica suscita construções sobre experiências grupais em dados cenários de agência dos indivíduos nas estruturas sociais. Os fragmentos de um passado remoto ou próximo, a partir da eleição daquilo que nos chega devido às preservações podem nos permitir leituras nas entrelinhas ou interpretações verossímeis de contextos investigados.

No NDH-CH as atividades técnicas de conservação são realizadas em consonância com os princípios da arquivologia no sentido de preservação do acervo documental, a partir de uma higienização básica e separação dos documentos protegidos por papel alcalino e alocação em caixas arquivos. A orientação mais qualificada sobre os processos de gestão documental parte de uma funcionária do setor de diplomas e pós-graduanda em Arquivologia

¹ Disponível em: <<https://www.trt13.jus.br/informe-se/noticias/arquivos/memorial-trabalho-cientifico/view>>.

na UFPB, Katiane Vieira. Algumas atividades suplementares foram realizadas na gestão anterior a nossa, sob a responsabilidade do professor doutor Martinho Guedes, por meio de um curso de restauro e de conservação de documentos com o professor Eutrópio Bezerra (Arquivologia/UEPB). As atividades de extensão em curso preveem a continuidade de oficinas e cursos de curta duração em parceria com o Departamento de Arquivologia/UEPB.

Para além das atividades arquivísticas, alguns trabalhos de conclusão de curso foram oriundos de pesquisas no NDH, tendo sido orientados pelo professor Dr. Tiago Bernardon de Oliveira. Atualmente, três pós-graduandos de universidades públicas debruçam as suas atividades de pesquisa na documentação do acervo. Esse esforço demonstra o início de uma atividade mais efetiva no desenvolvimento de pesquisas no NDH, considerando que as extensões seguem com a promoção de eventos.

Outras atividades de pesquisa estão sendo projetadas no NDH-CH, a partir da colaboração de membros do Departamento de História, a partir de aproximações com temáticas da história social. O NDH-CH tem se tornado um espaço para incursões de estudos e pesquisas por alguns professores e estudantes do curso de História/UEPB e apresenta possibilidades concretas de relações igualmente profícuas com professores e pesquisadores de outras instituições.

Uma das práticas adotadas pelos responsáveis pela gestão do NDH-CH é a formação teórica por meio de discussões em um grupo de estudos. No primeiro semestre de 2017 essas atividades ficaram a cargo da Dra. Beatriz Ribeiro (então, professora substituta/UEPB), mas a greve na instituição limitou a permanência da atividade, que deverá ser retomada com a colaboração de outros professores do nosso quadro de parceiros no projeto e de outras instituições de ensino superior.

Neste primeiro semestre de 2017 ocorreu o II Ciclo de História/II Ciclo de Debates sobre a História do Trabalho, através de uma parceria com o Centro Acadêmico “Chico do Baita” de História/UEPB, tendo como fator de convergência simpósios temáticos e minicursos voltados à história social e política, estabelecendo conexões com uma “história vista de baixo” (SHARPE, 1992), a partir das colaborações de autores relacionados à tradição marxista (THOMPSON, 1987, 1997, 1998, 2002a, 2002 b) ou a outras visões que se debruçam sobre conflitos e assimetrias sociais partindo de outras contribuições teóricas .

1.1 Alguns percursos teóricos e as práticas de informação sobre o acervo

As discussões sobre a memória social ganharam novas possibilidades de análise e de pesquisa, a partir de demandas da história do tempo presente (BÉDARIDA, 2002), considerando experiências históricas de conflitos, processos de paz, ditaduras, crises de legitimidades de Estados discricionários, justiça de transição, memórias organizacionais e institucionais, além de modalidades de preservação documental. Em virtude da exiguidade inerente ao espaço destinado ao artigo e diversidade das questões tangenciais, centraremos a nossa discussão nos aspectos da memória institucional. Mas antes, faremos um breve percurso teórico com fins de situar as abordagens sobre o campo em questão, sobretudo nas interseções entre memória e processos sociais de preservação documental.

A discussão sobre a memória possui uma série de matizes, cujas problematizações nas humanidades incorporaram uma diversidade de contribuições, em virtude da ampliação das balizas teóricas de acordo com a autonomização das disciplinas. Um dos autores clássicos na discussão sobre a memória apontou o seu sentido normativo, a partir do pertencimento a grupos sociais e, de algum modo, sinalizando processos de institucionalização das memórias como possibilidade de enquadramentos identitários.

De acordo com Halbwachs (1990, p. 34):

Para que nossa memória seja auxiliada com as dos outros [...] é necessário que ela não tenha cessado de concordar com as memórias do grupo e que haja bastante pontos de contato entre uma e outra, para que as lembranças que nós recordamos possam ser reconstruídas sobre um fundamento comum. Não é suficiente reconstruir peça por peça a imagem de um acontecimento passado para se obter uma lembrança. É necessário que esta reconstrução se opere a partir de dados ou de noções comuns que se encontram tanto no nosso espírito como no dos outros, porque elas passam incessantemente desse para aquele e reciprocamente, o que se é possível se fizeram ou continuam a fazer parte de uma mesma sociedade.

A construção teórica de Halbwachs aponta para constituição de identidades sociais, tendo pela agregação de famílias até o nível mais elevado como a própria nação. A memória assume nesta visão um sentido normativo ao se instaurar desde a tenra infância até a velhice. O autor fundamentou parte da sua discussão nos “quadros sociais da memória”, que se afirmam através da linguagem ou sinais coletivos, de pontos de referência coletivos (espaço e tempo), dos dogmas religiosos e classes sociais (HALBWACHS, 2004).

Contudo, uma crítica comumente dirigida a Halbwachs refere-se ao aspecto determinista referente aos quadros, porque os indivíduos possuem uma autonomia de pensamento então ignorada, considerando que não se “faça do indivíduo uma espécie de autômato, passivamente obediente à vontade colectiva interiorizada” (FENTRESS,

WICKHAM, 1992, p. 7). Essas condições históricas apontadas, a partir dos autores britânicos, nos sugere uma dimensão mais próxima a uma cultura pública com abertura a interação e conflitos entre culturas e grupos diversos.

Em uma avaliação sincrônica e diacrônica, temos como verificar aspectos sobre as relações entre memória e identidade como algo que se interpõe a situações de estabilidade ou de instabilidade social, conjecturando a necessidade da criação de situações conscientes ou inconscientes de preservação de substratos memoriais. Conforme a reflexão de Pollack (1992, p. 7):

quando a memória e a identidade estão suficientemente constituídas, suficientemente instituídas, suficientemente amarradas, os questionamentos vindos de grupos externos à organização, os problemas colocados pelos outros, não chegam a provocar a necessidade de se proceder a rearrumações, nem no nível da identidade coletiva, nem no nível da identidade individual. Quando a memória e a identidade trabalham por si sós, isso corresponde àquilo que eu chamaria de conjunturas ou períodos calmos, em que diminui a preocupação com a memória e a identidade. Se compararmos, por exemplo, países de antiga tradição nacional, países que são Estados nacionais há muitos séculos, com Estados nacionais recentes, veremos que a preocupação com a identidade e a memória toma feições bem diferentes nos dois casos. Poderíamos tomar como objeto de análise a correlação, em períodos de longa duração, entre a rearrumação das relações entre países em momentos de crise ou de guerra, e a crise da memória e do sentimento de identidade coletiva que frequentemente precede, acompanha ou sucede esses momentos.

As sociedades em momentos de maior estabilidade social assumem uma placidez legitimadora de uma hegemonia (no sentido gramsciano) capaz de ocultar ou solapar conflitos comunitários/sociais (DIAS, 2000). Trata-se de sonegar ou de anular as memórias consideradas desagregadoras ou portadoras de contestações portadoras de condições de rupturas. Contudo, alguns fatores podem efetuar uma relação ampliada de tensões societais acionadoras de crises, afirmando possibilidades de reformas ou de eversões, cuja implicação tanto pode ser a manutenção de memórias e identidades ou a instauração de “tradições inventadas” (HOBSBAWM, 1984), a partir das cinzas e dos escombros dos quadros anteriores.

Os fios desfiados da corda axial do cabo de guerra como representação de uma sociedade em crise demonstram-nos, como a vida nas sociedades complexas é fruto de uma negociação permanente entre grupos/classes sociais no afã de demarcar posições e relações instauradoras de diversos graus de estabilidade na construção de algumas identidades escalonadas em hierarquias dispostas no espaço social. Mas sempre passíveis de cisões, em virtude das condições de negociação e de manutenção do próprio consenso social. Quanto

maior a pressão entre grupos/classes em litígio, temos uma maior necessidade dos setores envolvidos com uma cultura de conservação política de reparar as partes segmentadas, unificando-as possivelmente para a manutenção de uma visão unitária da ordem.

De acordo com Huysen (2000, p. 68):

[...] a memória coletiva de uma sociedade não é menos contingente e instável; de modo nenhum é permanente a sua forma. Está sempre sujeita à reconstrução, sutil ou nem tanto. A memória de uma sociedade é negociada no corpo social de crenças e valores, rituais e instituições.

Nesses termos, a possibilidade de estabilização da memória pode ter uma maior eficácia diante de uma dimensão própria a uma sociedade democrática, mediante uma adesão afetiva feita pela persuasão. Entramos, portanto, no aspecto inerente aos espaços memoriais com a finalidade de estabelecimento de uma verdadeira “cultura da memória” fruto de um contexto político da globalização e as suas tensões identitárias entre integração e desintegração. Para fundamentar essa discussão, o autor discorre que:

A cultura da memória tem diferentes intensidades em diferentes partes do mundo, e as lutas por um futuro melhor evidentemente não desapareceram. Mas, para mim, um dos aspectos mais interessantes da globalização cultural tem sido o deslocamento transnacional do discurso da memória do Holocausto para contextos completamente diferentes e implausíveis na América Latina, África e Ásia. A legitimidade política, ao que parece, tem de ser garantida cada vez mais pelo modo como lidamos com nossos passados nacionais do que pelas formas de imaginarmos o futuro. (HUYSEN, 2005, p. 102)

A reflexão de Huysen toca em um ponto fulcral da nossa abordagem, a formação de um acervo documental referente à uma memória institucional em uma fase contemporânea à emergência de uma “justiça de transição”, que no caso brasileiro se deu com a abertura política “lenta e gradual” e Lei de Anistia (1.6683, 28/08/1979), em sincronia com um processo latino americano (PETRUS, 2010) , dando conta de um frágil processo democrático a ser construído diante de ameaças de golpes militares ou mesmo de golpes jurídico-parlamentares, chamados de “golpes brandos”, mormente, na experiência latino-americana de uma fase pós-neoliberal ou de tentativas reformistas contidas pelos grupos cultores do livre mercado globalizado.

1.2 Os percursos da memória institucional do TRT-13 na UEPB

Uma análise inicial dos autos findos envolve diversas expressões de uma experiência política camponesa presentes em processos oriundos do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª região (TRT-13). Mas a documentação constituinte do NDH-CH/UEPB também apresenta autos referentes às demandas de trabalhadores urbanos, porque figuraram, a partir de conflitos em pequenas fábricas, lojas e órgãos públicos. Uma parte expressiva desta documentação é fruto da criação da Junta de Conciliação e Julgamento instalada em Guarabira/PB em 1987, quando a participação política de trabalhadores urbanos e rurais se tornou tão frequente, devido ao apoio possibilitado pelos agentes pastorais, leigos e religiosos coordenados pelo bispo D. Marcelo Carvalheira (NOVAES, 1987). A criação do Centro de Direitos Humanos da Diocese de Guarabira (CDH-DG), que contava com um grupo de advogados, representou um apoio fundamental à organização política de trabalhadores e busca da justiça do trabalho por meio dos atendimentos voltados às demandas específicas nas respectivas situações de litígio com os patrões. O CODH-DG era filiado ao Movimento Nacional de Direitos Humanos e funcionou durante todo o episcopado de D. Marcelo. Possuía uma equipe de três advogados; um estagiário; uma secretária e três educadores. Funcionava no prédio da Diocese, tendo plantão diário, além dos plantões nos sindicatos de trabalhadores rurais. No ano de 2007 foi dissolvido, durante o bispado de D. Antônio Muniz

As demandas dos trabalhadores rurais e urbanos na instância jurídica tornou-se mais comum com a instalação da Junta de Conciliação e Julgamento na cidade de Guarabira (1987), apenas dois anos depois da criação do TRT da 13ª. Região pela Lei 7.034/1985. A relação da Diocese de Guarabira com processos organizativos de grupos de camponeses reverberou numa reconfiguração na justiça e na política da região do agreste paraibano, criando espaços próprios de negociação com as classes dominantes agrárias², através de processos na justiça do trabalho. Tratamos como classes dominantes agrárias especificamente das frações dos proprietários de terra assentados historicamente em latifúndios, que remontam ao século XIX com atividades produtivas agroexportadoras. No caso do Nordeste brasileiro, durante o período do PROALCOOL obtiveram incentivos estatais para o cultivo

² Ver: PAIVA NETO, F. F. de. *Reforma agrária e justiça: um estudo sobre a CPT...* Para uma leitura sobre a classe dominante agrária, ver: MENDONÇA, Sônia Regina de. *A classe dominante agrária: natureza e comportamento – 1964 – 1990...*

da cana-de-açúcar. Contudo, em plano nacional são os partidários mais aguerridos do agronegócio, pois realizam inversões em setores diversificados relacionados às atividades econômicas das áreas de cultivo. Manifestaram-se como classe no campo político em momentos como os processos eleitorais, na contenção das Ligas Camponesas (década de 1960), do combate às ações da Pastoral da Terra nas décadas de 1980 e 1990, bem como ao Movimento dos Sem Terra (ou dissidências), fazendo uso de artifícios junto ao Judiciário (local e nacional) e da imprensa como forma de reprodução do poder político.

Os camponeses criaram níveis de participação política, que ajudaram a viabilizar processos de intervenção no campo jurídico, a exemplo das mobilizações nas Comunidades Eclesiais de Bases; nos sindicatos rurais vinculados às “oposições sindicais” (BERTOLAZZI, 1989, TOSI, 1989, SILVA, 1992); nas demandas por terras e por diversos direitos sociais, demarcando linhas de interação e conflito no espaço social local/regional, motivando a atenção das autoridades. A investigação na documentação referente a este contexto carece de pesquisas, considerando a diversidade de formas de resistência camponesa presentes nos autos processuais da Junta de Conciliação e Julgamento de Guarabira/PB (JCJ/Guarabira-PB).

A partir de uma avaliação preliminar, verificamos que a maioria dos autos findos trata especialmente de demandas trabalhistas de áreas rurais, considerando as raras empresas voltadas para a agroindústria com maior grau de sofisticação empresarial ou de indústrias em áreas de distritos. O predomínio são as fazendas e engenhos/usinas no caso dos trabalhadores rurais, enquanto no caso das demandas urbanas, temos desde queixas de empregadas domésticas a funcionários do setor público.

O NDH-CH/UEPB como acervo documental surgiu por meio do convênio TRT-13 03/2011 de doação de autos findos à UEPB. De acordo com Oliveira (2015, p. 140) esse corpo documental é constituído por autos findos da Junta de Conciliação e Julgamento das Varas de Guarabira e Sousa entre os anos de 1987 e 2003. Como contrapartida os professores e estudantes envolvidos no trabalho de pesquisa e extensão do NDH-H/UEPB assumem afazeres científicos e de diálogo institucional com o Memorial da Justiça do Trabalho, sediado em João Pessoa/PB. A mediação entre o NDH-CH/UEPB e os administradores do NDH tem sido realizada por Raimundo Normando Madeiro Monteiro, bibliotecônomo e Técnico Judiciário do Tribunal Regional do Trabalho da Paraíba, sobretudo, quando ao acompanhamento e auxílio à algumas atividades administrativas.

A presente gestão no Núcleo de Documentação Histórica-CH/UEPB teve início no primeiro semestre de 2017, tendo como presidente e vice-presidente os professores Francisco

Fagundes de Paiva Neto e Cristiano Luís Christillino, historiadores pautados por enleios nas suas pesquisas com a história social. Essa é a terceira gestão do NDH-CH/UEPB, a partir de uma eleição departamental para o desenvolvimento de atividades administrativas no órgão, que embora possua uma nomenclatura mais genérica sobre “Documentação Histórica”, se configura como um apêndice da memória institucional do Tribunal Regional do Trabalho-13ª. Região por abrigar no seu corpo documental autos findos da Junta de Conciliação e Julgamento de Guarabira/PB. Afirmamos apêndice da memória institucional no sentido de o acervo do NDH ter uma relação de complementariedade com o Memorial da Justiça do Trabalho sediado em João Pessoa/PB. Trata-se da terceira gestão do NDH-CH/UEPB, devido a realização de concurso público para outra instituição superior de ensino por parte dos administradores anteriores.

No presente momento, o NDH passa por atividades correlatas de higienização documental por bolsistas (dez) e voluntários, além da alimentação da base de dados por um técnico e organização do acervo por uma arquivista. Ademais, aguardamos do Tribunal de Justiça a emissão de cerca de 3 mil processos da Junta de Conciliação e Julgamento de Guarabira/PB, a partir de uma conversação que tivemos com Normando Madeiro sobre autos findos remanescentes e complementares à documentação já alocados no NDH. Com esta adição processual, somaremos um total de cerca de 63 mil processos até a construção do prédio do NDH-CH/UEPB, a partir das posições administrativas da reitoria. Concretamente, temos no nosso acervo 23.800 autos findos, conforme nos foi informado pela arquivista associada ao trabalho. O endereço do nosso núcleo na web é o <http://www.ndh.ch.com.br/trt13>. A base de dados do NDH-CH, de acordo com as informações do técnico responsável, Waldemberg Damásio Ginú, é uma aplicação composta por uma interface web (HTML5, JavaScript e CSS), com backend escrito em Python, usando o framework Django. Esta interface interage com um banco de dados relacional hospedados por um servidor MySQL. Por meio da interface web, os colaboradores podem acessar e, de forma autenticada, inserir os novos dados sobre os processos trabalhistas, alimentando a base. Por outro lado, pesquisadores e demais interessados podem acessar a base e efetuar consultas sobre os processos sem a necessidade de autenticação. Esta versão da base conta com mais de 1500 processos, informando incluindo dados sobre os motivos da ação, informações sobre a parte trabalhadora e do capital, bem como sobre os juízes.

A nossa equipe de professores e estudantes tem um compromisso institucional com a produção de pesquisas, havendo inclusive um grupo de estudos sobre história social em atividade. Projetamos a realização de eventos com a parceria de pesquisadores de outras

instituições e atividades de difusão do acesso à informação oriunda do NDH. Alguns limites apontam no nosso presente horizonte como a sobrecarga da documentação depositada em uma sala do anexo do Centro de Humanidades, que pode comprometer a estrutura e acarretar desabamento, mas que está em vias de solução com a realocação de parte da documentação em uma sala térreo no setor de aulas. Outro fator para manter a nossa atenção é a presença de cupins no Campus III, devido ao fato de nas cercanias haver áreas de pasto, da compactação dos solos e das podas das árvores serem descartadas de modo inadequado, fomentando a infestação dessa praga. Recentemente no Campus III algumas árvores foram cortadas e os restos dos trocos foram dispostos como pequenas mesas e bancos, visando um embelezamento do pátio principal, mas sem o tratamento adequado dado à madeira, que se tornará, certamente, um lugar privilegiado para uma nova onda de infestação de cupins.

A partir desse relato inicial da nossa atividade administrativa, buscamos fazer uma análise teórica sobre a questão da memória e a importância da gestão documental relacionada à memória institucional. E a partir daí, avaliar as relações do NDH-CH/UEPB com a produção de pesquisas.

O nosso objetivo no NDH-CH/UEPB é consolidar a condição de um arquivo eficaz, quanto ao trabalho da gestão documental, a produção e a divulgação das pesquisas. A presente gestão encontra-se em uma fase inicial, aventando possibilidades e tentando superar algumas dificuldades institucionais e infra estruturais. Mas, estamos em um processo de sensibilização e estímulo aos membros diretamente ligados aos trabalhos no acervo, quer pelo interesse em pesquisas, quer na manutenção documental e no processo formativo.

As condições ideais ao nosso ofício são cada vez mais restritas em virtude dos vagalhões produzidos pelas cartilhas neoliberais, que na sua ânsia de restrição de investimentos econômicos ameaça disciplinas das Ciências Humanas diretamente como o fato de haver tornado História uma área optativa em tempos de investimentos em um ensino neotecnicista, acrítico e voltado para a formação de consumidores com poder de compra achatado, em virtude de relações de trabalho flexíveis, da destruição de direitos sociais e do projeto de desmantelamento das organizações de classe. E essa prática ameaça igualmente os próprios arquivos físicos com políticas de descarte e destruição, sob questionáveis modelos de digitalização. Estamos dirigindo este comentário ao PLS 146/07 de autoria do senador

Magno Malta (Partido da República), que foi aprovado e determina a destruição do patrimônio documental brasileiro após a digitalização³.

O nosso escopo é continuar com o nosso empenho de afirmar a importância do conhecimento histórico, transmitindo igualmente a riqueza documental do acervo do NDH para historiadores em formação, que embora em tempos nebulosos poderão se nutrir de experiências de resistência política de gerações passadas, conforme os autos findos nos trazem os registros das lutas cotidianas de trabalhadores, cuja subalternidade se tornou um motivo para questionar as agruras de uma sociedade de mercado mesmo nos limites permitidos.

NUCLEUS OF HISTORICAL DOCUMENTATION-CENTER OF HUMANITIES / UEPB: an area of institutional memory of TRT-13 (Regional Labor Court-13th Region)

ABSTRACT

The purpose of this article is to draw some reflections from the following question: how does the institutional memory of a court set itself up in a file and fosters research and extension activities by reconstructing memories of class experiences in Paraíba? We aim to evaluate the importance of the Historical Documentation Center-CH / UEPB in the historiographic production on social and work history. We will analyze the importance of the NDH-CH archive in consolidating studies and research on social identities, political agency and class conflicts. In theoretical terms we refer to the contributions of Halbwachs (1990) and (2004), Husseyn (2000) and (2005), Pollack (1992), Wickham & Fentress (1992) and Amelia and Barros (2009). In methodological terms, we can list the collection of data, through records that the subjects researched relate to issues of labor justice, involving rural and urban demands in the area comprised by TRT-13. The legal proceedings concluded indicate the mobilization of the opening of proceedings on labor disputes in the vicinity of Guarabira/PB. In conclusive terms, we can say that the NDH-CH/ UEPB becomes an institutional memory space for TRT-13, whose raison is to gain greater legitimacy through the exploratory dimension of research completed (or under way) by students and graduates of the UEPB. These researches in the field of work history demonstrate the possibility of the analysis of information and the diffusion of knowledge, thanks to a database in the feeding phase and guided by key words of self-completion.

Keywords: Archive. Institucional memory. History.

REFERÊNCIAS

BARROS, Dirlene Santos; AMÉLIA, Dulce. Arquivo e memória: uma relação indissociável. In: **TransInformação**, Campinas, 21(1): p. 55-61, jan./abr., 2009.

BÉDARIDA, François. Tempo presente e presença da história. In: FERREIRA, Marieta de M.; AMADO, Janaína. **Usos e abusos da história oral**. 5. ed. Rio de Janeiro:

³ Disponível em: <<http://www.redebrasilatual.com.br/politica/2017/06/senado-aprova-projeto-que-autoriza-a-incineracao-de-arquivos>>.

Ed. FGV, 2002.

BERTOLAZZI, Annalisa. **Novo sindicalismo no campo paraibano: continuidade e mudanças.** (Universidade Federal da Paraíba, Centro de Humanidades, Mestrado em Sociologia Rural, Campina Grande, 1989, mimeografado).

DIAS, Edmundo Fernandes. **Gramsci em Turim: a construção do conceito de hegemonia.** São Paulo: Xamã, 2000.

FENTRESS, James; WICKHAM, Chris. **Memória social: novas perspectivas sobre o passado.** Lisboa: Teorema, 1992

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** São Paulo: Vértice, 1990.

_____. **Los marcos sociales de la memoria.** Barcelona, Caracas: Anthopos Editorial, Universidade de Concepcion, 2004.

HOBBSAWM, Eric. RANGER, Terence. **A invenção das tradições.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HUYSSSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia.** Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

_____. Mídia e discursos da memória. Entrevista de Moreira, Sonia Virgínia e Moreno, Carlos A. de Carvalho Moreno. In: **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação.** Nº 1: Intercom, p. 97-104, 2004.

MENDONÇA, Sonia Regina de. **A classe dominante agrária: natureza e comportamento – 1964 – 1990.** São Paulo: Expressão Popular, 2006.

MONTEIRO, Raimundo Normando Madeiro. **DOCUMENTOS EM PROCESSO DE ELIMINAÇÃO.** p. 1-7. Disponível em: <<https://www.trt13.jus.br/informe-se/noticias/arquivos/memorial-trabalho-cientifico/view>>. Acesso em: 10 mai. 2017.

NOVAES, Regina. **De corpo e alma: catolicismo, classes sociais e conflitos no campo.** Tese de doutorado defendida no Departamento de Ciências Sociais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1987.

OLIVEIRA, Tiago Bernardon de. A constituição de um acervo com processos da Justiça do Trabalho no e sobre o interior da Paraíba. In: MARQUES, Antonio José; STAMPA, Inez Terezinha (Orgs.). **Arquivos e o direito à memória e à verdade no mundo dos trabalhadores.** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; São Paulo: Central Única dos Trabalhadores, 2015, p. 139-158.

PAIVA NETO, Francisco Fagundes de Paiva. **A trajetória religiosa-política do padre Luigi Pescarmona (1960-2000): entre o habitus partição e o assistencial.** Campina Grande: Tese de doutorado em Ciências Sociais/Universidade Federal de Campina Grande, 2012.

PESCARMONA, Luigi; ISIDIO, Francisco. **Palestra na UEPB sobre a atuação do CODH da Diocese de Guarabira.** Guarabira, 14 de agosto de 2010.

PETRUS, Merheb. A justiça de transição como realização do Estado Democrático de Direito: caminhos para a desconstrução político-jurídica do legado autoritário no Brasil Gabriel. In: **II reunião do Grupo de Estudos sobre Internacionalização do Direito e Justiça e Transição (IDEJUST)**. Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo, 08 e 09 de abril de 2010.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social: estudos históricos. In: **Revista Estudos Históricos**, CPDOC/FGV Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

SHARPE, Jim. A História vista de baixo. In: BURKE, Peter. (Org.) **A escrita da história. Novas Perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992, p. 40-41.

SILVA, José Barbosa. **Assessoria e movimento popular**: um estudo do Serviço de Educação Popular (SEDUP). Universidade Federal da Paraíba, Dissertação de Mestrado em Educação Popular, 1992 (Mimeografado).

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987 (Vol. 1).

_____. **Senhores e caçadores: a origem da lei negra**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

_____. **Costumes em comum**. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 1998.

_____. **A formação da classe operária inglesa**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, v. 2, 2002.

TOSI, Giuseppe. **Terra e salário para quem trabalha**: um estudo sobre os conflitos sociais no brejo paraibano. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande, 1989.

TOSI, Giuseppe. Terra e salário para quem trabalha. Um estudo sobre os conflitos sociais do brejo paraibano. **Campina Grande: UFPB/Centro de Humanidades (Dissertação de Mestrado)**, 1988.